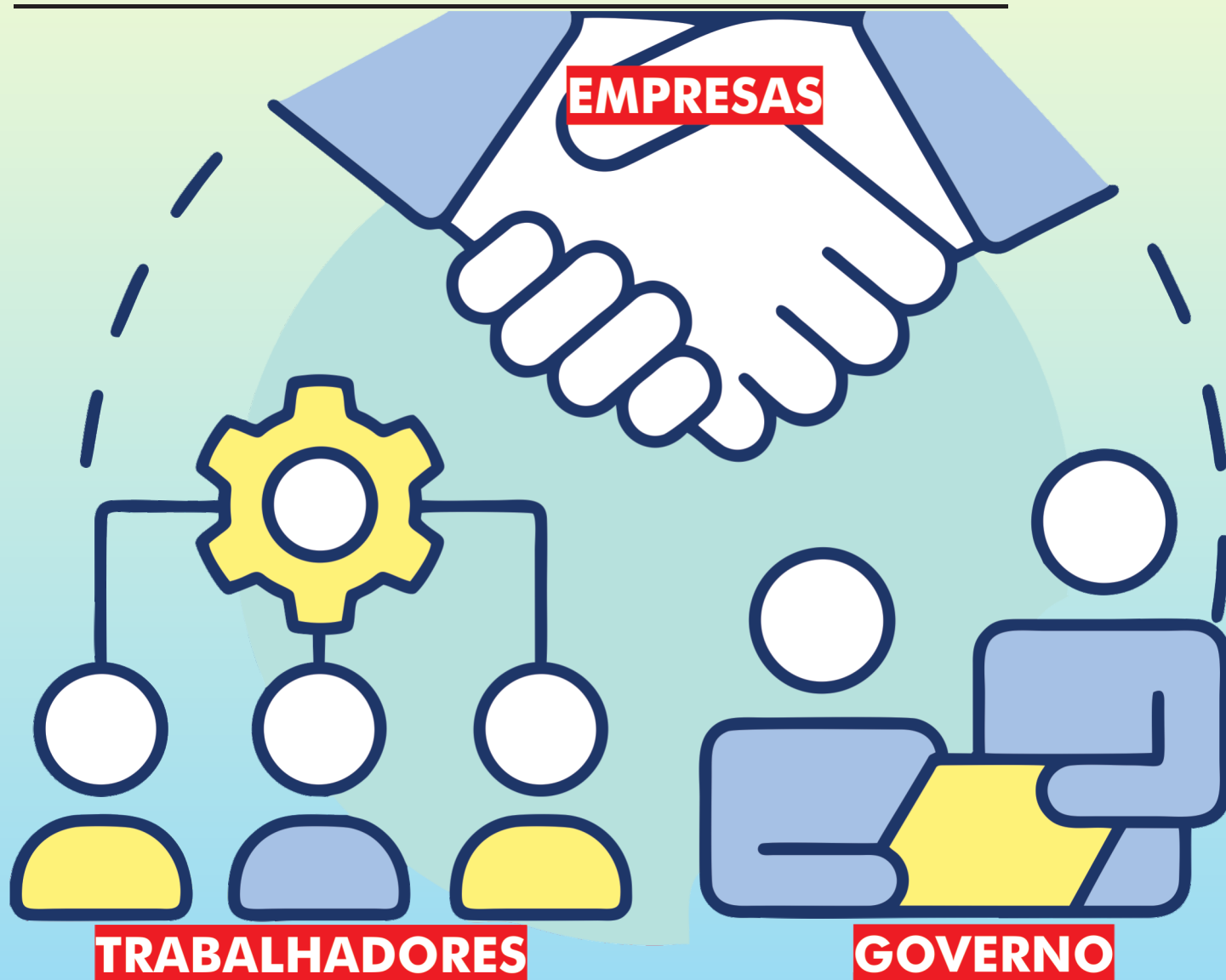


## **A PROCURA DE MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA OS TERCEIRIZADOS**



**SÓ A LUTA CONQUISTA!  
PETROBRÁS EXIGIRÁ PLANO  
DE SAÚDE PARA  
TERCEIRIZADOS TAMBÉM NOS  
CONTRATOS EM VIGÊNCIA!**

Página 2



Mande sua sugestão de assunto para o jornal, sua opinião ou crítica para o e-mail

[pontocomum@sindipetro-rs.org.br](mailto:pontocomum@sindipetro-rs.org.br)

## 🔊 AÇÃO SINDICAL

# DEPOIS DE COBRANÇA DO SINDICATO, PORTARIA LESTE COMEÇA A TER MELHORIAS

Os trabalhadores que usam a Portaria Leste da Refap, já devem ter notado algumas melhorias no local. Elas foram feitas depois que o SINDIPETRO-RS cobrou, da Gerência de Segurança Patrimonial, a situação do local, que estava incomodando e trazendo insegurança para os trabalhadores que usam aquela Portaria.

Uma das solicitações foi quanto a iluminação do local,

que já foi melhorada.

O Sindicato segue acompanhando a situação e verificando se os compromissos assumidos pela gestão em relação a outros problemas, como asfalto, estacionamento, adequação para o fluxo de pessoas no local, entre outros, estão sendo tratados e solicita que os trabalhadores informem ao Sindicato quanto a estas e outras situações que estejam causando problemas e insegurança para as pessoas.



## 🔊 SAÚDE DO TRABALHADOR

### OUTUBRO ROSA

O **OUTUBRO ROSA** marca o mês de conscientização quanto a importante e necessária prevenção ao **CÂNCER DE MAMA**. A campanha acontece no mundo todo e objetiva orientar as mulheres a fazerem exames e cuidar os sintomas da doença e, ao menor sinal de nódulos, procurar um médico, além da importância dos exames preventivos anuais. O **Sistema Único de Saúde (SUS)** disponibiliza tratamento para o câncer de mama, que deve ser individualizado e orientado por um especialista. Faça o autoexame, mas também faça a mamografia regularmente; controle a sua alimentação; pratique atividades físicas; evite o consumo de cigarros e álcool; cuidado com a reposição hormonal; tome banhos de sol; e amamente pelo máximo de tempo possível. **CUIDE-SE! SUA VIDA VALE MUITO!**



### NOVEMBRO AZUL

O **NOVEMBRO AZUL** é o mês dedicado a prevenção do **CÂNCER DE PRÓSTATA**, o tipo mais comum entre os homens e que causa a morte de 28,6% da população masculina que desenvolve a doença. Na fase inicial, o câncer de próstata não apresenta sintomas e quando alguns sinais começam a aparecer, cerca de 95% dos tumores já estão em fase avançada, dificultando a cura. Um dos grandes inimigos do combate ao câncer é o preconceito e a vergonha de alguns homens em procurar o médico e falar sobre a doença. Mas a principal forma de garantir a cura é o diagnóstico precoce. Mesmo na ausência de sintomas, homens a partir dos 45 anos com fatores de risco, ou 50 anos sem estes fatores, devem ir ao urologista para conversar sobre os exames necessários. Já o tratamento vai depender de cada caso. **O PRECONCEITO MATA, A PREVENÇÃO CURA!**



Alguns trabalhadores enviaram questionamentos ao **PONTO COMUM** sobre empresas que deixaram de pagar os trabalhadores nas rescisões e se elas poderiam retornar a atuar dentro da Refinaria.

Infelizmente, várias empresas abandonam contratos, não pagam os direitos dos trabalhadores, mas entram em recuperação judicial. Ficando protegidas sob essa legislação, elas participam de licitações novamente, as vezes para os mesmos contratos que abandonaram. Como forma de remediar essa situação, o **SINDIPETRO-RS tem cobrado da Petrobrás mecanismos de proteção dos trabalhadores como o retorno do Fundo Garantidor** em todos os contratos da Petrobrás, além de melhorias nos contratos e fiscalização tentando barrar que essas empresas aventureiras continuem prejudicando os trabalhadores.

## CAMPANHA SALARIAL PROBIOTA

O SINDIPETRO-RS já iniciou as negociações para a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) dos trabalhadores na **Probiota Tecnologia Ambiental e SMS**. A assembleia, virtual, ocorreu dia 24 de outubro e tratou da pauta de reivindicações da categoria. De acordo com o DIEESE, 71,9% de 256 negociações da data-base setembro, concluídas até 13/10, tiveram reajuste acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC-IBGE). Outras 13,7% conquistaram resultados iguais a esse índice; e 14,5% ficaram abaixo dele.

## AÇÃO SINDICAL

## EXIGÊNCIA DE PLANO DE SAÚDE PARA TERCEIRIZADOS SERÁ AMPLIADO PARA CONTRATOS EM VIGÊNCIA



No informativo **PONTO COMUM** de setembro, o SINDIPETRO-RS deu a boa notícia para os trabalhadores que a Petrobrás havia concordado em exigir das empresas que para serem contratadas pela Companhia, devem oferecer Plano de Saúde para os trabalhadores

terceirizados e seus familiares. Esta foi uma notícia importante, porque atende a uma antiga reivindicação da categoria. Atendimento na saúde para si e seus familiares é um fator de bem-estar e a tranquilidade dos trabalhadores que atuam lado a lado com os petroleiros diretos.

Mas havia uma preocupação quanto aos contratos que já estão em vigência e a situação destes trabalhadores. Agora, a Petrobrás atende uma demanda da FUP e dos sindipetros, garantiu a ampliação de plano de saúde, comunicando que as terceirizadas com contratos firmados com a Petrobrás devem garantir maior

abrangência da assistência à saúde de seus empregados, fornecendo atendimento ambulatorial, hospitalar com obstetrícia e odontológico, e o custeio integral pela contratada, incluindo os dependentes legais até 21 anos, admitindo a coparticipação de até 25%, em contratos com mais de 365 dias ainda a cumprir. Para as novas contratações, a medida está valendo desde 1º de setembro de 2023. Para os contratos em andamento, serão feitos aditivos ao contrato, visando atualizar a nova cláusula em relação ao plano de saúde, os quais deverão ser realizados até o primeiro trimestre de 2024.

## TRABALHO DIGNO

## A PROCURA DE MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA OS TERCEIRIZADOS

A Superintendência **Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-RS)**, órgão do Ministério do Trabalho e Emprego tem promovido **diálogos tripartites** para tratar sobre a **terceirização**. Até o momento já houve três reuniões, com representantes dos trabalhadores, das empresas e da SRTE e tem participado setores como vigilância, comunicações, asseio e conservação. **No dia 10 de novembro, está prevista uma reunião com todos os setores e com a presença do ministro do Trabalho**, para a formalização de um documento com as diretrizes para coibir as más práticas trabalhistas na terceirização.

O objetivo é assegurar que esses trabalhadores tenham condições de trabalho dignas e seus direitos respeitados. Há também um conjunto de empresas sérias, que são prejudicadas por aquelas que oferecem

contratos mais baixos, e para isso precarizam as condições de trabalho e retiram direitos dos trabalhadores, mas acabam ganham licitações em função do preço que apresentam.

### TRABALHO DIGNO

O DIEESE, que tem participado dos encontros, alerta que, com a crescente terceirização do mercado de trabalho, se não houver critérios claros, poderá haver degradação das condições de trabalho, emprego e remuneração.

Nos encontros o Superintendente, Claudir Nespolo, tem alertado para a gravidade do problema da terceirização nas relações de trabalho, que aumentou drasticamente depois da reforma trabalhista.

Os dirigentes sindicais destacaram as questões da concorrência desleal provocada por licitações que favorecem empresas picaretas sem condições de cumprir os

contratos, a falta de fiscalização desses contratos pelo setor público e o não pagamento dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Já os empresários têm preocupação com a legislação desatualizada, comissões de licitação despreparadas e ausência de critérios claros, o que tem trazido insegurança aos empresários.

Todos buscam o trabalho decente nas terceirizações. "Ao se avançar na legislação do trabalho terceirizado se fecham as portas de práticas abusivas que degradam os direitos dos trabalhadores", registrou Nespolo. Segundo ele, o objetivo do Ministério do Trabalho é criar compromissos entre as partes no diálogo tripartite, visando isolar as más práticas que prejudicam trabalhadores e empresas e construir mecanismos para garantir trabalho decente e valorização da classe trabalhadora.





## DE OLHO NOS SEUS DIREITOS

### REVISÃO DE JUROS: ENTENDA O QUE É E COMO BUSCÁ-LA

Ao contratar empréstimos ou financiamentos de longo prazo, os consumidores acabam não prestando atenção nos juros aplicados no contrato e, muito menos existe a possibilidade de discutir as cobranças indevidas com a Instituição Financeira por se tratar de um contrato de adesão, onde a única maneira de fechar o negócio é aceitar as

condições impostas.

Nesse momento, caso haja suspeita de juros abusivos, o consumidor pode solicitar uma revisão de juros através de uma ação revisional, onde após uma análise será avaliado a possibilidade de eliminar cláusulas abusivas no contrato de financiamento, reduzir o valor da dívida total ou do valor das parcelas do financiamento, bem como, solicitar a devolução dos valores pagos em excesso, isto é, aqueles relacionados aos

juros ou taxas abusivas. Caso já esteja com um contrato de empréstimo ou financiamento em andamento e suspeite que estão sendo cobrados juros abusivos, entre em contato para realizarmos uma avaliação de sua situação e a viabilidade do processo, assim como, buscar as melhores estratégias para resolver o problema.



Dr. Graciela Santiago  
Costa & Advogados Associados  
(51) 99630.6203

### TRABALHADORAS GESTANTES

A Consolidação das Leis do Trabalho determina que a empregada gestante deverá ser afastada de atividades consideradas insalubres. Isso significa que as mulheres trabalhadoras, durante todo o período da gestação, não podem desempenhar funções que tenham contato com agentes insalubres.

A empresa, neste caso, é responsável por proporcionar um ambiente de trabalho seguro, afastado de agentes

químicos ou biológicos, por exemplo. A empresa não pode exigir que a gestante comprove risco na gravidez e nem mesmo que necessite fornecer atestado ao empregador para que seja realocada e preservada da exposição aos agentes insalubres. Basta à comprovação da gestação e imediatamente a empresa deve providenciar forma de preservar a saúde da mulher e do bebê. Nas hipóteses em que não for possível que a gestante seja afastada do contato com agentes insalubres a gestação será considerada como de risco,

ensejando a percepção de salário-maternidade durante todo o período de afastamento. Quando esta situação ocorre, é muito importante o suporte do Sindicato à trabalhadora, que pode solicitar, inclusive, esclarecimentos da empresa e documentação específica para encaminhamentos. **É importante também que se analise caso a caso e busque apoio jurídico.**



Dra. Caroline Anversa  
Escritório Direito Social  
(51) 3215.9000



### COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO - CAT

O ministro da Previdência Carlos Lupi, assinou, dia 21/09, junto com o presidente do INSS, Alessandro Antônio Stefanutto, portaria que **acaba com a exclusividade do empregador para emissão da CAT** (Comunicação de Acidente do Trabalho). Com a mudança, que não distingue mais a autoria da emissão do documento, o trabalhador pode pedir a CAT através de seu Sindicato. Antes, o processo de emissão da CAT encontrava muita resistência e até mesmo recusa por parte das empresas, o que deixava o trabalhador ainda mais vulnerável num momento delicado de acidente ou doença, especialmente para concessão de algum benefício.

**Na dúvida, procure o seu sindicato!**

### PARA ACOMPANHAR...

#### CORREÇÃO DO SALDO DO FGTS

A votação da revisão da correção do FGTS (ADI 5090) que estava marcada para ser votada no Supremo Tribunal Federal (STF) no dia 18 de outubro foi postergada para o **dia 8 de novembro**. Até o momento, a votação está em dois votos a favor da correção pelo índice da caderneta de poupança. Hoje o saldo do Fundo é corrigido pela Taxa de Referência (TR) mais 3% de juros ao ano. A ação contesta esta forma de correção que teria levado o saldo entre 1991 e 2012, a ser corrigido em menos de 1%, prejudicando os trabalhadores. Caso seja favorável, a decisão do STF afetará milhares de trabalhadores que têm ação, via Sindicato ou pela CUT, e retroagirá a cinco anos.